

## COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balancão Patrimonial - Hospital Geral de Itapevi - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Hospital Geral de Itapevi			
CNPJ. : 66.518.267/0035-22			
Demonstrações Financeiras			
Balancão Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (em Reais)		Demonstração do Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro de 2021 (em Reais)	
Ativo	Notas	2021	
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.594.404,57	
Adiantamentos a Fornecedores		10.173,96	
Adiantamentos a Empregados	5	74.244,68	
Estoques	6	2.244.734,07	
		<b>5.923.557,28</b>	
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Imobilizado	7	684,55	
		<b>684,55</b>	
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.924.241,83</b>	
<b>Demonstração do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (em Reais)</b>			
	Dotação	Patrimônio	
	Inicial	Líquido	
Saldo em 01 de dezembro de 2021	-	-	
Dotação Inicial	(12.662.415,68)	-	(12.662.415,68)
Superávit do Exercício	-	955.907,35	955.907,35
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(12.662.415,68)</b>	<b>955.907,35</b>	<b>(11.706.508,33)</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 (em Reais)</b>			
<p><b>1. Contexto Operacional:</b> O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originalmente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo SES-PRC-2021/32581, firmado com a <b>Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo</b> em 30 de novembro de 2021, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do Hospital Geral de Itapevi com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se em 01/12/2021. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a <b>Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo</b> repassará ao CEJAM o montante global estimado de R\$ 599.886.148,80. Para o exercício de 2021, o montante repassado foi de R\$ 9.998.102,48. Para o exercício de 2022, o montante a ser repassado será de R\$ 119.977.229,76.</p> <p><b>2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:</b> 2.a) <b>Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.b) <b>Base de mensuração:</b> As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) <b>Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) <b>Uso de estimativas e julgamentos:</b> A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. <b>Principais Práticas Contábeis:</b> As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. 3.a) <b>Instrumentos financeiros:</b> • <b>Ativos financeiros não derivativos:</b> a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. • <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. • <b>Instrumentos financeiros derivativos:</b> não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021. 3.b) <b>Estoques:</b> Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. Excepcionalmente para o exercício de 2021, em 01 de dezembro de 2021, foram considerados ajustes ao inventário físico o saldo de estoque transferido do antigo gestor para o CEJAM. 3.c) <b>Imobilizado (quando aplicável):</b> • <b>Reconhecimento e mensuração:</b> itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • <b>Depreciação:</b> a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior a este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2020. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. 3.d) <b>Intangível (quando aplicável):</b> • <b>Reconhecimento, mensuração e amortização:</b> o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.e) <b>Redução ao valor recuperável (impairment):</b> • <b>Ativos financeiros (incluindo recebíveis):</b> um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. 3.f) <b>Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):</b> Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.g) <b>Patrimônio líquido:</b> Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua cons-</p>			
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores		5.311.112,23	
Obrigações Trabalhistas	8	2.935.307,98	
Obrigações Sociais e Fiscais	9	1.466.252,55	
Contas a Pagar		278.697,09	
Provisões para Férias e Encargos	10	5.050.353,09	
Provisões para Contingências	11	2.588.342,67	
		<b>17.630.065,61</b>	
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Bens Públicos em nosso poder	12	684,55	
		<b>684,55</b>	
<b>Patrimônio Líquido Negativo</b>			
Dotação Inicial	13	(12.662.415,68)	
Superávit do Exercício		955.907,35	
		<b>(11.706.508,33)</b>	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>5.924.241,83</b>	
<p>tituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.h) <b>Receitas:</b> As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.i) <b>Despesas:</b> As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.j) <b>Receitas financeiras e despesas financeiras:</b> As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3.k) <b>Apuração do resultado:</b> O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.</p>			
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
<b>Bancos - Conta Movimento</b>			
Banco do Brasil S.A.		3.594.404,57	
<b>3.594.404,57</b>			
<b>5. Adiantamentos a Empregados</b>			
Adiantamentos de Férias		74.244,68	
<b>74.244,68</b>			
<b>6. Estoques</b>			
Dietas Parenterais		65,03	
Nutrição Enteral		50.448,57	
Materiais de Laboratório		43.940,63	
Medicamentos		939.590,03	
Material Médico Hospitalar		717.650,42	
Materiais de Expediente e Escritório		64.793,54	
Materiais de Manutenção		166.709,37	
Materiais de Informática		2.159,16	
Materiais de Limpeza		38.195,52	
Materiais de EPI		30.964,76	
Materiais Cirúrgicos		22.638,30	
Gêneros Alimentícios		71.922,60	
Uniformes e Roupas		59.338,98	
Utensílios Diversos		32.989,32	
Outros Créditos de Mat/Med		3.327,84	
		<b>2.244.734,07</b>	
<b>7. Imobilizado</b>			
<b>Imobilizado de Gestão Pública</b>			
Móveis e Utensílios	Taxa	2021	
(-) Depreciação Acumulada	10%	690,30	
		(5,75)	
		<b>684,55</b>	
<p>Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade do Governo Estadual.</p>			
<b>8. Obrigações Trabalhistas</b>			
Salários a Pagar		2.931.155,39	
Pensão Alimentícia a Pagar		280,70	
Rescisões a Pagar		3.871,89	
		<b>2.935.307,98</b>	
<b>9. Obrigações Sociais e Fiscais</b>			
INSS sobre Salários a Recolher		277.854,27	
FGTS a Recolher		444.554,11	
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher		5.867,95	
IRRF sobre Salários a Recolher		447.603,41	
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		25.895,85	
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		220.249,90	
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		9.747,30	
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher		34.479,76	
		<b>1.466.252,55</b>	
<b>10. Provisões para Férias e Encargos</b>			
Provisão para Férias		4.677.311,37	
Provisão para FGTS sobre Férias		373.041,72	
		<b>5.050.353,09</b>	
<b>11. Provisões para Contingências</b>			
Provisão para Contingências Cíveis		1.096.240,57	
Provisão para Contingências Trabalhistas		1.492.102,10	
		<b>2.588.342,67</b>	
<p>A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. 12. <b>Bens Públicos em Nosso Poder:</b> A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 684,55 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. 13. <b>Dotação Inicial:</b> Em 01 de dezembro de 2021, foi registrado como dotação inicial o montante de R\$ 12.662.415,68, decorrentes de saldos recebidos na transição das operações do gestor anterior para o CEJAM, sendo está importância registrada em suas contas de origem como entrada de saldo em contrapartida da conta de Dotação Inicial, da seguinte forma:</p>			
<b>Descrição da Contrapartida</b>		<b>Dotação Inicial</b>	
Adiantamentos a Empregados		1.398.133,13	
Empréstimos de Materiais e Medicamentos		3.327,84	
Estoques		2.920.284,71	
Benefícios		40.680,60	
Fornecedores		(5.517.310,93)	
Obrigações Sociais		(332.213,14)	
Obrigações Fiscais		(573.559,25)	
Outras Obrigações		(267.135,08)	
Provisões Trabalhistas		(7.733.090,73)	
Provisões para Contingências		(2.601.532,83)	
		<b>(12.662.415,68)</b>	
<b>14. Receitas Operacionais Líquidas:</b> A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração			
<b>Receitas Líquidas</b>			
Contrato de Gestão nº 2021/32581	14	9.998.102,48	
Realização de Bens Públicos em nosso poder		5,75	
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(690,30)	
		<b>(8.578.832,69)</b>	
<b>Custos</b>			
Pessoal e Reflexos	17	(4.951.215,62)	
Serviços Terceirizados	18	(1.925.763,24)	
Medicamentos e Materiais de Consumo	19	(1.701.853,83)	
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	24	(1.000.963,75)	
(-) Isenção da CPP Usufruída	24	1.000.963,75	
<b>(=) Resultado Bruto</b>		<b>1.418.585,24</b>	
<b>Despesas</b>			
Impostos, Taxas e Contribuições		(249,90)	
Despesas Gerais	20	(488.994,40)	
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>20.180,39</b>	
Receitas com Doações		2.251,74	
Outras Receitas		17.928,65	
<b>(=) Resultado Antes das Receitas/ Despesas Financeiras</b>		<b>949.521,33</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>	16	<b>6.386,02</b>	
Receitas Financeiras		6.497,52	
Despesas Financeiras		(111,50)	
<b>Superávit do Exercício</b>		<b>955.907,35</b>	
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de Dezembro de 2021 (em Reais)</b>			
<b>Atividades Operacionais</b>			<b>2021</b>
Superávit do Exercício		955.907,35	
Dotação Inicial		(12.662.415,68)	
(Aumento) ou Redução do Ativo			
Adiantamentos a Fornecedores		(10.173,96)	
Adiantamentos a Empregados		(74.244,68)	
Estoques		(2.244.734,07)	
Aumento ou (Redução) do Passivo			
Fornecedores		5.311.112,23	
Obrigações Trabalhistas		2.935.307,98	
Obrigações Sociais e Fiscais		1.466.252,55	
Provisões para Férias e Encargos		5.050.353,09	
Provisões para Contingências		2.588.342,67	
Outras Obrigações		278.697,09	
<b>Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais</b>		<b>3.594.404,57</b>	
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado pertencente à Gestão Pública		(690,30)	
<b>Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Investimento</b>		<b>(690,30)</b>	
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Recebimento de numerário para aquisição de Imobilizado		690,30	
<b>Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Financiamento</b>		<b>690,30</b>	
<b>Variação Líquida nas Disponibilidades</b>		<b>3.594.404,57</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Disponibilidade no início do Exercício		-	
Disponibilidade no final do Exercício		3.594.404,57	
<b>Variação Líquida nas Disponibilidades</b>		<b>3.594.404,57</b>	
<p>e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.</p>			
<b>15. Receita com Contrato de Gestão</b>			
<b>Contrato de Gestão Nº 2021/32581</b>			<b>2021</b>
Dezembro		9.998.102,48	
		<b>9.998.102,48</b>	
<b>16. Receitas e Despesas Financeiras</b>			
Descontos Obtidos		6.497,52	
(-) Juros Bancários		(90,60)	
(-) Tarifas Bancárias		(20,90)	
		<b>6.386,02</b>	
<b>17. Pessoal e Reflexos</b>			
Ordenados e Adicionais		3.437.090,60	
13º Salários		373.440,58	
Férias		499.359,73	
Indenizações e Avisos Prévios		15,13	
Benefícios		294.068,12	
Contribuições ao FGTS		347.241,46	
		<b>4.951.215,62</b>	
<b>18. Serviços Terceirizados</b>			
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas		1.692.424,00	
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas		222.687,62	
Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas		10.651,62	
		<b>1.925.763,24</b>	
<b>19. Medicamentos e Materiais de Consumo</b>			
Medicamentos e Materiais de Uso Médico		1.216.217,01	
Materiais de Consumo		381.692,13	
Materiais de Conservação		20.333,24	
Outros Materiais e Insumos		83.611,45	
		<b>1.701.853,83</b>	
<b>20. Despesas Gerais</b>			
Contas de Consumo		326.487,54	
Aluguéis		142.739,26	
Amortizações e Depreciações		5,75	
Outras Despesas Gerais		19.761,85	
		<b>488.994,40</b>	
<b>21. Coberturas de Seguros:</b> A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. 22. <b>Atendimento a Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:</b> A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. 23. <b>Certificado Beneficente de Assistência Social (Cebas):</b>			

▶ **continuação** apresentado." A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária. **24. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R\$ 1.000.963,75 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	998.833,43
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas (-) Isenção Usufruída	2.130,32
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(998.833,43)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	(2.130,32)
	-

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13. **25. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal):** Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade

sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Itapevi (SP), 31 de dezembro de 2021.

**Valdemir Moreira - Diretor Administrativo** **Rubens Costa de Souza - Contador CRC nº 1SP161539/O-5**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**  
**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Geral de Itapevi, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Auditoria do período anterior:** O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Geral de Itapevi, iniciou a operacionalização do convênio em dezembro de 2021. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um

alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, - 06 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP - 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

Relatório - Gestão em Saúde - Relatório - Contratado X Realizado - HOSP ITAPEVI - Período: 12/2021				
<b>183 - Internações</b>	<b>Dez/21</b>			
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
	Clinica Médica	150	187	24,67
	Obstetrícia	400	385	-3,75
Pediatria	158	177	12,03	
Psiquiatria	15	15	0	
Total	723	764	5,67	
<b>470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica</b>	<b>Dez/21</b>			
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
	Eletivas	388	78	-79,9
	Urgências	165	169	2,42
Total	553	247	-55,3	
<b>322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais</b>	<b>Dez/21</b>			
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
	Cirurgia Hospital - Dia	40	16	-60
	Cirurgias Ambulatoriais	0	0	0
Total	40	16	-60	
<b>185 - Urgência / Emergência</b>	<b>Dez/21</b>			
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
	Consultas de Urgência	2.050	2.402	17,17

Relatório - Gestão em Saúde - Relatório - Contratado X Realizado - AH ITAPEVI - Período: 12/2021				
<b>271 - Consultas Médicas</b>	<b>Dez/21</b>			
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
	Primeiras Consultas Rede	681	273	-59,9
	Interconsultas	491	120	-75,6
Consultas Subseqüentes	2.375	1.056	-55,5	
Total	3.547	1.449	-59,2	
<b>526 - Consultas Não Médicas</b>	<b>Dez/21</b>			
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
	Primeiras Consultas Rede	0	0	0
	Interconsultas	80	81	1,25
Consultas Subseqüentes	10	11	10	
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	0	0	0	
Total	90	92	2,22	
<b>275 - SADT Externo</b>	<b>Dez/21</b>			
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
	Diagnóstico em Laboratório Clínico	0	0	0
	Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatológica	0	0	0
Diagnóstico por Radiologia	0	0	0	
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	50	51	2	
Diagnóstico por Tomografia	0	0	0	
Diagnóstico por Ressonância Magnética	0	0	0	
Diagnóstico por Medicina Nuclear in Vivo	0	0	0	
Diagnóstico por Endoscopia	30	40	33,33	
Diagnóstico por Radiologia Intervencionista	0	0	0	
Métodos Diagnósticos em Especialidades	0	0	0	
Diagnóstico e Procedimentos Especiais em Hemoterapia	0	0	0	
Total	80	91	13,75	



A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

terça-feira, 12 de abril de 2022 às 05:02:37



documento assinado digitalmente

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO